



FOSPA EQUADOR - UM ÚNICO TERRITÓRIO

XII Fórum Social Pan-amazônico

16 a 22 de agosto de 2026



1. Título

XII Fórum Social Pan-amazônico - FOSPA EQUADOR

Um único território, livre do extrativismo

2. Contexto e justificativa

O **Fórum Social Pan-amazônico (FOSPA)** é um processo regional bianual, autônomo e pluralista que reúne povos indígenas, povos afrodescendentes, comunidades locais e movimentos sociais, organizações da sociedade civil, academia e comunidades dos nove países da bacia amazônica: Equador, Peru, Brasil, Bolívia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Seu objetivo é articular lutas pela defesa da vida, dos direitos territoriais, da justiça ambiental e social e dos sistemas de autogoverno diante das ameaças ambientais, sociais e civilizacionais que a Amazônia enfrenta no atual contexto de crise climática global.

A região amazônica continua enfrentando ameaças estruturais decorrentes de modelos de desenvolvimento extrativistas e da herança colonial, como a exploração petrolífera e mineradora, a agroindústria e os megaprojetos de infraestrutura, que geram desmatamento, perda de biodiversidade e instabilidade climática, ao mesmo tempo em que minam a autonomia, as culturas e os direitos dos povos e comunidades amazônicas. Essa dinâmica está empurrando a Amazônia para um ponto crítico de não retorno: a desmatamento já atinge aproximadamente 18% da floresta e cerca de 38% adicionais estão degradados, afetando a conectividade e o funcionamento do ecossistema¹, aumentando o risco de um colapso ecológico, social e climático com consequências irreversíveis em escala regional e global.

Diante desse cenário, o **FOSPA** consolidou-se como um espaço fundamental de reflexão coletiva, articulação e ação política a partir dos territórios amazônicos. Desde sua criação em 2002, como parte do mandato do Fórum Social Mundial, o FOSPA tem promovido a defesa dos territórios, o fortalecimento da autogestão e a garantia dos direitos dos povos que habitam a Amazônia. As últimas edições reafirmaram a urgência de enfrentar o extrativismo e avançar em estratégias coletivas pela integridade ecológica e pela justiça social em toda a Pan-Amazônia.

A este contexto soma-se uma conjuntura internacional marcada por disputas geopolíticas em torno de recursos estratégicos, que

intensificam a pressão sobre a Amazônia e a posicionam como um território-chave na reconfiguração do poder global. Os conflitos armados e as crises econômicas agravam essa situação, promovendo a flexibilização das normas ambientais e a expansão da presença militar na região. Essa dinâmica faz parte de uma crise mais ampla – ecológica, econômica, política e civilizacional – que exige do FOSPA respostas estratégicas à altura da profundidade dessas mudanças históricas.

Nesse contexto, o XII Fórum Social Pan-amazônico (XII FOSPA 2026) será realizado no Equador, de 15 a 23 de agosto de 2026, como parte de uma decisão política e estratégica de articulação regional. Este processo não é isolado nem desarticulado; pelo contrário, retoma, dá continuidade e aprofunda os mandatos construídos em edições anteriores, como as Iniciativas de Ação, a Declaração Pan-amazônica do X FOSPA em Belém (Brasil) e os Mandatos do XI FOSPA em Rurrenabaque (Bolívia). Assim, o XII FOSPA no Equador configura-se como um processo voltado para concretizar compromissos e construir um plano de ação que traduza esses acordos em ações coordenadas nos territórios e na Pan-Amazônia.

A realização do FOSPA no Equador ocorre em um momento estratégico, marcado pela intensificação do extrativismo e pela violação de direitos na região. Nesse contexto, o Yasuni se posicionou como uma referência global na luta co-liderada por povos indígenas e pela sociedade civil para manter os combustíveis fósseis no subsolo. Este caso reflete um processo fundamental de participação democrática, no qual a cidadania tem defendido os territórios e a natureza contra o extrativismo. Processos que reafirmam a necessidade de fortalecer os processos participativos e a democracia, tornando o FOSPA Equador 2026 uma oportunidade para projetar e consolidar essas lutas.

Nesse sentido, o XII FOSPA Equador 2026 representa uma oportunidade única para fortalecer a governança dos povos amazônicos, revitalizar a articulação dos movimentos sociais e consolidar uma agenda política comum diante das múltiplas crises. Por se tratar de um FOSPA co-liderado por povos indígenas e pela sociedade civil, ele permitirá aprofundar alianças regionais, posicionar demandas compartilhadas, fortalecer estratégias de resistência e projetar alternativas baseadas na autonomia, na autodeterminação e nos direitos da Mãe Terra.

¹ Painel Científico pela Amazônia. 2025. Disponível em: <https://www.sp-amazon.org/es/publicaciones>

3. Objetivos

Objetivo geral

Convocar os povos e comunidades da bacia amazônica – incluindo os Povos e Nacionalidades Indígenas, os Povos Afrodescendentes, as comunidades locais, as organizações da sociedade civil, os acadêmicos e os aliados da região e de outros territórios – para fortalecer coletivamente a resistência ao extrativismo, articular agendas comuns e construir redes orientadas para a ação.

Objetivos específicos

- Avaliar criticamente o estado atual das pressões extrativistas na Amazônia e seus impactos nos territórios, ecossistemas, direitos humanos, direitos da Natureza e integridade dos povos e comunidades.

- Articular estratégias coordenadas em nível regional e territorial, lideradas pelos povos e comunidades amazônicas para a defesa e proteção da Amazônia e impulsionar alternativas baseadas em direitos com enfoque de gênero, intergeracional e intercultural.
- Consolidar o mandato do FOSPA, para fortalecer as ações de defesa e proteção da Amazônia e dos povos que a habitam como um território fundamental para a humanidade.
- Criar e fortalecer espaços de diálogo intercultural, intergeracional e intergênero, que promovam o intercâmbio de conhecimentos e a aprendizagem coletiva e compartilhada.
- Dar visibilidade e posicionar, a partir das vozes dos diversos atores da bacia amazônica, as ameaças territoriais, as violações de direitos e as propostas para caminhar rumo a uma Amazônia livre do extrativismo, na qual sejam garantidos direitos e meios de subsistência.



AMAZÔNIA



4. Casas e temas: a arquitetura do FOSPA

Os temas que serão abordados no XII FOSPA constituem a base de sua estrutura metodológica, que se organiza em casas temáticas que se dividem em grupos de trabalho específicos. Essas casas não são concebidas como espaços isolados, mas como territórios de diálogo, articulação e construção coletiva de propostas.

Cada casa será um espaço vivo e autogerido, onde confluem experiências, conhecimentos e estratégias provenientes dos territórios. As casas acordadas refletem as principais lutas e prioridades da região:

- Defesa territorial contra o extrativismo.
- Autonomia e autogoverno.
- Direitos da natureza.
- Participação e consulta.
- Justiça climática e transições.
- Gênero e diversidades.
- Juventude

Foram criadas quatro grandes casas para a organização do XII FOSPA, além de um Acampamento Permanente da Juventude que permanecerá ativo durante todo o evento. Cada casa abordará temas específicos, conforme detalhado a seguir:

1 Casa dos territórios livres do extrativismo por uma Amazônia com direitos

Esta casa configura-se como um espaço político-estratégico para a defesa integral dos territórios dos povos amazônicos frente ao extrativismo. Busca construir um plano de ação pan-amazônico para a promoção e o fortalecimento de territórios livres de atividades extrativistas, especialmente hidrocarbonetos (petróleo e gás) e mineração, dando visibilidade à necessidade de avançar rumo a territórios livres de combustíveis fósseis. Por meio da articulação de estratégias territoriais, jurídicas e políticas, o objetivo é frear a expansão do extrativismo, reparar territórios afetados e avançar em direção a horizontes pós-extrativistas baseados na autodeterminação dos povos, na agroecologia, no ecoturismo, em alternativas produtivas sustentáveis e nos direitos da natureza.

Os grupos de trabalho específicos para esta casa são:

- Territórios livres de hidrocarbonetos (petróleo e gás)
- Territórios livres de mineração
- Defesa dos direitos da natureza (Amazônia)

Subtemas transversais aos três grupos:

- Governo territorial
- Estratégias jurídicas e legais
- Proteção de defensores e defensoras
- Comunicação estratégica
- Mobilização e advocacy

2 Casa da autonomia, do autogoverno e dos direitos dos povos e das nacionalidades

Esta casa se posiciona como um espaço político para reafirmar a autodeterminação dos povos e nacionalidades amazônicos diante de estruturas estatais e econômicas que historicamente têm violado seus direitos. Defende o autogoverno como um princípio fundamental para a proteção dos territórios e da Pan-Amazônia, e promove ações concretas para o reconhecimento dos direitos coletivos, dos sistemas de justiça próprios e da participação política e efetiva dos povos e nacionalidades em diferentes níveis de tomada de decisão. Da mesma forma, reafirma o valor dos conhecimentos próprios, das cosmovisões e dos sistemas educacionais próprios como base do Bem-Viver.

Os grupos de trabalho para esta casa são:

- Autodeterminação, governos próprios e autonomias
- Educação, conhecimentos próprios e cosmovisões para o Bem-Viver
- Direitos e sistemas de justiça dos povos e nacionalidades

3 Casa das Economias para a vida e a justiça climática: da dívida e do extrativismo à transição e às economias transformadoras

Esta casa propõe uma disputa estrutural contra as lógicas de espoliação na Amazônia, afirmando horizontes de transformação a partir dos povos, dos territórios e das lutas pela vida. Busca articular uma reflexão crítica sobre as estruturas que subordinam a vida à lógica do capital e, ao mesmo tempo, dar visibilidade e fortalecer propostas e marcos políticos voltados para a autodeterminação territorial, a justiça climática e as economias próprias transformadoras. Além disso, promove o debate sobre a transição de economias extrativistas para economias para o Bem-Viver, questionando as falsas soluções climáticas, as estruturas de financiamento e a dívida que perpetuam a espoliação, e propondo alternativas a partir dos territórios.

Os grupos de trabalho para esta casa são:

- Economias alternativas para a vida e a transformação
- Finanças climáticas, justiça, governança e falsas soluções
- Dívida, extrativismo e transições estruturais justas
- Economias ilegais, violência e controle territorial

4 Casa da Resistência das Mulheres e Diversidades

A Casa das Resistências das Mulheres se consolida como um espaço coletivo para dar visibilidade e enfrentar as múltiplas violências que afetam as mulheres indígenas da Pan-Amazônia, em seus corpos e territórios, resultado do modelo extrativista, patriarcal e colonial. Ela impulsiona uma agenda que aborda temas como mudança climática, governança, violência de gênero, saúde, educação e participação política, articulando propostas para o Bem-Viver. Além disso, fortalece alianças e se projeta como um processo contínuo de resistência e construção política pelos direitos, pela autonomia e pela sustentabilidade da vida na Amazônia.

Os grupos de trabalho desta casa são:

- Democracia, participação política e fundamentalismos (políticos, sociais e religiosos)
- Criminalização, militarização, defensoras e defensores da natureza
- Saúde integral, direitos sexuais e reprodutivos
- Saberes tradicionais e identidade cultural

Estratégia transversal: Acampamento Permanente da Juventude

Este acampamento é um espaço político e intergeracional: um ponto de encontro onde convergem jovens de coletivos, organizações sociais e nacionalidades indígenas de toda a bacia amazônica e do Equador. Diante de um modelo extrativista que espolia territórios e viola a vida, os direitos e a Natureza, bem como de estruturas de poder que historicamente excluíram as vozes dos jovens dos espaços de decisão, este espaço reafirma o protagonismo juvenil: indígena, comunitário e organizativo como uma força-chave na defesa da Amazônia e na construção de horizontes pós-extrativistas.

Por meio do diálogo de saberes e da articulação intergeracional, o acampamento promove a incidência política a partir de identidades próprias e fortalece a ação coletiva voltada para a justiça territorial, climática e cultural. Desta forma, projeta-se como um espaço de construção de horizontes pós-extrativistas, onde os jovens não apenas participam, mas lideram processos de transformação.





5. Estrutura e programa

O XII FOSPA se desenvolverá ao longo de **sete dias**:

Datas	Atividade principal
14 de agosto	Chegada dos delegados internacionais
15 de agosto	Viagem à Amazônia
16 a 17 de agosto	Visitas de campo Os participantes realizarão intercâmbios territoriais para conhecer em primeira mão os impactos do extrativismo e as iniciativas locais de gestão territorial: <ul style="list-style-type: none">• Território Waorani – retirada da infraestrutura petrolífera• Toxic Tour com a União dos Afetados pelas Operações Petrolíferas da Texaco – UDAPT• Territórios afetados pela mineração na Amazônia
18 a 20 de agosto	Fórum em Puyo, que incluirá: <ul style="list-style-type: none">• Assembleias plenárias;• Espaços de trabalho temáticos e mesas redondas;• Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza;• Diálogos interculturais e troca de casos;• Apresentações culturais e fóruns juvenis;• Elaboração e aprovação do plano de ação do FOSPA.• Marcha pelo Yasuni (3 anos de descumprimento)• Feira de empreendedorismo
21 de agosto	Retorno a Quito – Marcha pela apresentação dos resultados do FOSPA às autoridades em Quito
22 de agosto	Festival de Música patrocinado pelo FOSPA em Quito, como um espaço patrocinado para divulgar e dar visibilidade aos resultados do FOSPA
23 de agosto	Retorno das delegações





6. Resultados esperados da FOSPA

1) Mandato político Pan-amazônico adotado e divulgado

Aprovação e divulgação do Mandato do XII FOSPA Equador 2026, que articule uma posição política comum dos Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes, comunidades locais e organizações sociais dos nove países amazônicos e inclua recomendações concretas para influenciar as agendas internacionais de biodiversidade e mudanças climáticas, orientadas para a defesa integral da Amazônia.

2) Plano de ação regional contra o extrativismo – agenda comum

Definição de uma agenda estratégica regional e transfronteiriça, com prioridades, ações e compromissos concretos – incluindo a coordenação de mobilizações continentais – para enfrentar o extrativismo na Amazônia e impedir o avanço rumo ao ponto de não retorno.

3) Fortalecimento de capacidades e governança territorial

Fortalecimento das capacidades políticas, organizacionais e técnicas dos Povos Indígenas, Povos Afrodescendentes, comunidades locais, organizações da sociedade civil, academia e

aliados da bacia amazônica, para a defesa territorial, o exercício do autogoverno e a proteção dos direitos coletivos e da Natureza.

4) Articulação e fortalecimento de redes Pan-amazônicas

Consolidação e ampliação de redes de articulação entre povos indígenas, povos afrodescendentes, comunidades locais, academia, movimentos sociais, mulheres e jovens da bacia amazônica, fortalecendo a coordenação regional, intergeracional e intercultural para ações coletivas sustentadas além do Fórum.

5) Visibilidade e incidência política em nível regional e internacional

Posicionamento do XII FOSPA Equador 2026 como um espaço de referência regional e internacional para a defesa da Amazônia, dando visibilidade às lutas, propostas e alternativas dos povos e comunidades amazônicas e levando-as aos tomadores de decisão em nível nacional, regional e internacional, com o objetivo de garantir os direitos humanos, os direitos coletivos, os direitos da Natureza e o respeito efetivo pelos processos de consulta e participação democrática.



7. Princípios orientadores

O XII FOSPA Equador, uma oportunidade de transformar mandatos em ação

O FOSPA não é um evento, mas um processo vivo que:

- Articula territórios, povos e organizações
- Constrói pensamento e ação coletiva
- Influi nas agendas locais, nacionais e globais
- Defende uma visão da Amazônia como território de vida

O FOSPA é um processo construído ao longo de mais de 20 anos que consolidou uma trajetória histórica de articulação regional. Nesse contexto, o Encontro do Comitê Internacional ratificou uma linha de trabalho que dá continuidade aos seus principais marcos recentes: a Declaração Pan-amazônica do X FOSPA em Belém em 2022, os Mandatos do XI FOSPA de Rurrenabaque de 2024 e sua projeção para o XII FOSPA Equador 2026, com a perspectiva de avançar na construção de um Plano de Ação.

A partir desse acervo, o XII FOSPA surge com o mandato de não se concentrar na produção de novas declarações, mas sim priorizar os principais riscos que a Pan-Amazônia enfrenta e concentrar neles os esforços coletivos, avançando em direção a resultados vinculativos por meio de planos de ação concretos com objetivos, prazos e mecanismos de acompanhamento. Em um contexto de crise climática e política global, esse processo se projeta como uma oportunidade estratégica para articular uma agenda de longo prazo e traduzir os mandatos em ações concretas nos territórios, fortalecendo a unidade na diversidade e as alianças regionais

Co-governança indígena, eixo central do XII FOSPA Equador

O XII FOSPA será profundamente marcado pela liderança dos povos e nacionalidades indígenas tanto da Amazônia equatoriana quanto de toda a bacia amazônica. Essa abordagem busca fortalecer o caráter territorial, intercultural e político do FOSPA, garantindo que seu desenho e organização sejam construídos a partir das realidades amazônicas e com uma participação efetiva e vinculativa, sustentada em princípios fundamentais:

- O respeito à autonomia e aos sistemas de governança dos povos indígenas.
- O reconhecimento do papel protagonista dos povos indígenas na defesa e proteção do território como base de vida.
- A centralidade dos direitos humanos, individuais e coletivos.
- A garantia do direito à consulta prévia, livre e informada.
- A centralidade da vida como eixo orientador.
- O reconhecimento da natureza como sujeito de direitos.
- A comunidade como base de organização, cuidado e sustento da vida.

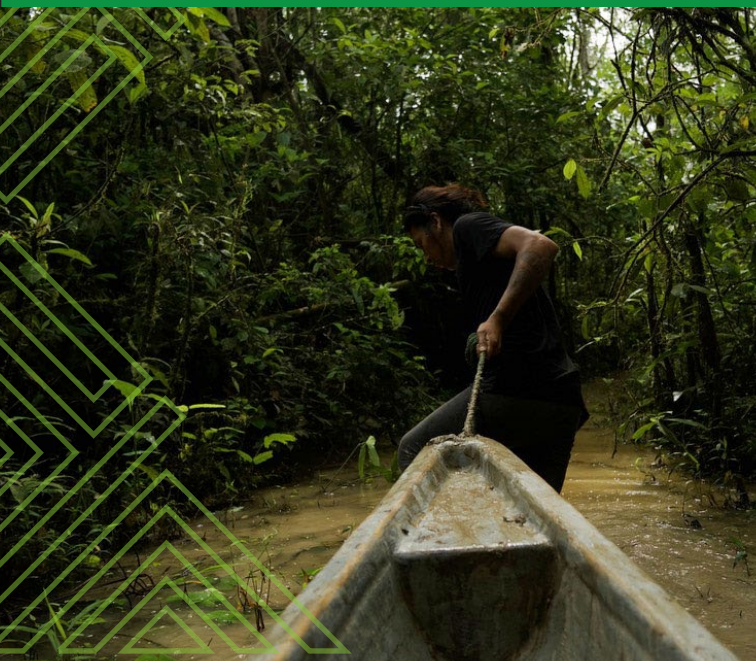
Assim, o XII FOSPA Equador 2026 é concebido como um processo de construção territorial e articulação intercultural, voltado para a consolidação de uma liderança coletiva legítima de todos os povos indígenas amazônicos em aliança com as organizações sociais e todos os atores que integram a Amazônia. Seu horizonte é claro: fortalecer a unidade na diversidade e projetar, a partir da Amazônia, alternativas civilizatórias que coloquem a vida, o território e os direitos dos povos no centro.

Direitos da Natureza e paz: eixos articuladores

Tanto a Paz quanto os Direitos da Natureza se consolidam como eixos centrais do XII FOSPA. Essa abordagem permite:

- Posicionar, de forma transversal e em um contexto global de conflitos, a Paz como uma postura política firme do FOSPA.
- Estabelecer pontes entre os saberes indígenas e os marcos jurídicos contemporâneos.
- Fortalecer a defesa territorial por meio de ferramentas jurídicas, políticas e culturais.
- Repensar a relação entre sociedade e natureza a partir de uma visão integral.

Nesse contexto, os Direitos da Natureza não são entendidos apenas como uma categoria jurídica, mas como uma ferramenta cultural, política e civilizacional que permite tecer alianças e construir linguagens comuns entre diversas visões.



Territórios livres do extrativismo

O XII FOSPA se consolidará como espaço de resistência ao extrativismo e de construção de alternativas. Reafirma-se:

- A necessidade de avançar rumo a territórios livres do extrativismo
- A defesa da Amazônia como sujeito de direitos
- A urgência de frear a expansão dos combustíveis fósseis
- O impulso de economias para a vida, baseadas no território e em outras formas de transição.

Reconhece-se que a luta não é apenas contra projetos específicos, mas contra um modelo que ameaça a integridade ecológica e cultural da Amazônia. Da mesma forma, reconheceu-se a necessidade de articular essas lutas com outros processos, como a Conferência pelos Territórios Livres de Combustíveis Fósseis em Santa Marta, com o objetivo de fortalecer agendas comuns e encaminhar as lutas territoriais.

Tecer a partir da diversidade

A diversidade de perspectivas, contextos e experiências são elementos que coexistem no XII FOSPA. Longe de constituir uma fraqueza, essa diversidade é reconhecida como um de seus principais pontos fortes.

Reafirmou-se que:

- As diferenças não fragmentam, mas enriquecem os processos coletivos.
- É necessário construir linguagens comuns sem perder a identidade nem homogeneizar as visões.
- O diálogo intercultural é um pilar fundamental para a articulação e a ação conjunta.

Nesse sentido, o FOSPA se consolida como um espaço vivo de encontro, onde múltiplas vozes convergem para construir consensos e projetar ações coletivas em defesa da Amazônia.

Comunicação, incidência e articulação regional

O XII FOSPA impulsionará:

- Uma estratégia de comunicação que amplifique as vozes dos territórios.
- A articulação com agendas climáticas e ambientais em nível internacional.
- A construção de narrativas próprias sobre a Amazônia, a partir de seus povos e realidades.
- O fortalecimento de alianças e redes em nível regional.

Nesse contexto, o FOSPA se projeta como um ator-chave na disputa de significados sobre o presente e o futuro da Amazônia. Da mesma forma, o XII FOSPA convocará oficialmente atores da região para garantir um processo amplo, representativo e articulado.

8. Notas para a implementação

O Fórum funcionará com uma abordagem de co-liderança indígena, com uma estrutura orçamentária participativa, dará prioridade a espaços inclusivos em matéria de gênero, garantirá os protocolos de segurança e se alinhará com os movimentos regionais e mundiais em favor da justiça climática, ambiental e social.



www.fospaecuador.com